

Bandido bom é bandido preso e sem anistia

Bolsonaro é preso por planejar golpe de Estado e mortes

Divulgação



O cunhado de Vorcaro foi maior doador individual da campanha de Tarcísio de Freitas

Como o mundo é pequeno. Não é que o banqueiro Daniel Vorcaro, preso após o escândalo de desvio bilionário do Banco Master, com montantes que podem chegar a R\$12,5 bilhões só do BRB, é nada mais e nada menos do que cunhado do pastor Fabiano Campos Zettel, dono do Moriah Asset, que foi o maior doador individual da campanha do bolsonarista Tarcísio de Freitas ao governo de SP? **Pág. 3**

Lula: ‘Brasil não será apenas um fornecedor de materiais críticos’

O presidente Lula afirmou na segunda-feira (24), no encerramento do encontro empresarial Brasil-Moçambique, que o Brasil não aceitará ser apenas fornecedor de minerais estratégicos, como lítio e cobalto, essenciais para a transição energética. “Ou aproveitamos essas riquezas que Deus nos deu e fazemos disso uma riqueza para nosso povo, ou vamos ver os países de sempre cavarem buracos no nosso país, levarem nosso minério e a gente ficar com a fome e a pobreza”, afirmou o presidente. **Página 3**

Carestia faz a aprovação de Trump cair de 47% para 38%

Pesquisas Reuters, PBS/Marist e Fox News recém divulgadas convergiram para assinalar a queda na aprovação de Trump para o ponto mais baixo desde janeiro, em meio à constatação da insatisfação dos norte-americanos com o alto custo de vida – um efeito colateral do tarifaço – e à repulsa ao que é percebido como encobrimento, pelo governo, do escândalo Epstein. **Pág. 7**



Golpista antecipou prisão de 27 anos e 3 meses ao destruir sua tornozeleira

O STF declarou na terça (25) que o processo de Jair Bolsonaro e mais dois condenados por tentativa de golpe de Estado e assassinato de autoridades transitou em julgado, iniciando a execução das penas. O golpista já estava preso desde a manhã de sábado por tentar violar a tornozeleira

eletrônica com um ferro de soldar. Para a equipe da Polícia Federal, que reagiu ao alarme de fuga, ele disse que ficou “por curiosidade” metade de um dia tentando destruir o equipamento. Depois mudou a versão, disse que estava drogado por remédios. Antecipou em três dias os 27 anos e três meses de sua pena. **Pág. 3**

Exército prende Augusto Heleno e Paulo Sérgio. Marinha, Garnier

Omar al-Qattaa - AFP



Além das bombas e tiros, Israel matou milhares de crianças pela fome deliberada, proibindo entrada de comida

Israel matou 19 mil crianças e feriu 28 mil na Faixa de Gaza

O Ministério da Educação e Ensino Superior da Palestina divulgou que 19.000 crianças em idades escolar foram mortas e aproximadamente 28.000 foram gravemente feridas nos ataques de Israel desde outo-

bro de 2023. De acordo com o Ministério, centenas de escolas, jardins de infância e creches foram destruídos por Israel em Gaza e na Cisjordânia. A informação foi divulgada no dia 20 de novembro, Dia Uni-

versal da Criança, estabelecido pela ONU em 1959. “Neste dia, designado mundialmente para destacar os direitos das crianças à proteção, à educação, à dignidade, ao cuidado, ao brincar e a outros direitos, afirmamos que

as crianças palestinas merecem viver em um ambiente estável que garanta seu direito à educação livre, segura e de qualidade, consagrado nas convenções e leis internacionais”, comunicou o Ministério. **Página 6**

Os generais e ex-ministros de Bolsonaro, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foram presos na terça-feira (25) pelo Exército para o início do cumprimento de pena por tentativa de golpe de Estado. Os dois ex-ministros, que eram do “núcleo crucial” da organização do golpe, foram levados para o Comando Militar do Planalto, em Brasília. Já a Marinha prendeu o ex-comandante Almir Garnier Santos, único da cúpula das Forças Armadas em 2022 que aceitou participar do golpe. Ele deverá cumprir sua pena em uma unidade da Marinha. **Página 3**

Moraes determina perda de mandato de Ramagem, que fugiu para os EUA

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou na terça-feira (25), a perda imediata do mandato do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), após trânsito em julgado da condenação que lhe impôs 16 anos de prisão por participação ativa na trama golpista que tentou subverter o resultado das eleições. Ramagem fugiu do país pela fronteira com a Guiana. **Página 3**

Taxa de juros alta mina a demanda e o emprego na indústria, diz CNI

A Sondagem Industrial da CNI mostra um aumento na produção industrial em outubro frente à setembro, porém, segundo o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o resultado ficou em patamar bem abaixo dos últimos anos. “A taxa de juros alta vem minando a demanda e reduzindo a atividade como um todo”, afirmou Azevedo. **Pág. 2**

Governo começa a entregar gás de graça aos pobres

Trump mantém tarifaço sobre produtos industriais

“Setores como máquinas e equipamentos, móveis e calçados ainda não entraram na lista de exceções. Esse é nosso foco agora”, declarou o presidente da CNI, Ricardo Alban

Donald Trump, presidente do EUA, manteve o tarifaço de 40% sobre bens industriais brasileiros, entre outros produtos, como calçados, móveis, mel, pescados, bens destinados à aviação, alguns óleos e café Solúvel.

No dia 20 de novembro, a Casa Branca anunciou a retirada da sobretaxa de 40% para 238 produtos da agropecuária do Brasil, como carne bovina, café, fertilizantes, frutas, entre outros.

“Setores muito relevantes, como máquinas e equipamentos, móveis e calçados, que tinham os EUA como principais clientes externos, ainda não entraram na lista de exceções. O aumento das isenções é um sinal muito positivo de que temos espaço para remover as barreiras para outros produtos industriais. Esse é nosso foco agora”, defendeu o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

De acordo com a CNI, “a ampliação de itens isentos da tarifa de 40% imposta pelos Estados Unidos ao Brasil faz com que 37,1% das vendas brasileiras ao mercado norte-americano (US\$ 15,7 bilhões) fiquem livres de taxas adicionais. Com a medida, pela primeira vez desde agosto, o volume exportado isento das sobretaxas supera aquele submetido à tarifa cheia de 50%, que atinge 32,7% das exportações”. Os cálculos consideram dados de 2024, com base em estatísticas da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos.

Ainda assim, com a decisão de remover a tarifa para a compra de 238 produtos brasileiros, como carne bovina, café e cacau, insumos comuns da cesta de consumo da população americana, divulgada na quinta-feira (20), “62,9% das vendas brasileiras aos EUA permanecem sujeitas a algum tipo de tarifa adicional, considerando tanto as medidas horizontais quanto as setoriais, como as aplicadas para aço e alumínio”, ressalta a CNI.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, José Velloso, lamentou que “o setor de Máquinas e Equipamentos não foi citado na ordem executiva”. “No entanto a gente olha com otimismo porque é um passo na direção de uma melhora das relações entre Estados Unidos e Brasil”, ponderou. “A gente está otimista por causa desse avanço. Nós estamos na expectativa de haver a trégua durante as negociações”.

A Câmara de Comércio Brasil EUA (Amcham Brasil), em nota, afirmou que “a medida representa um avanço importante rumo à normalização do comércio bilateral”. “Ao mesmo tempo” que “reforça a necessidade de intensificar esse diálogo entre Brasil e Estados Unidos, com o objetivo de estender a eliminação dessas sobretaxas aos demais produtos ainda impactados – com destaque para bens industriais – e de aprofundar a cooperação bilateral em temas de interesse mútuo”.

Estão livres da tarifa de 40%: todas as categorias de carne bovina; categorias de café verde, torrado e derivados; frutas frescas, congeladas e processadas; Cacau e seu derivados; Especiarias, como pimenta, gengibre, canela, cúrcuma etc.; Raízes e tubérculos, como no caso da mandioca – em todas as suas formas; Sucos e polpas de frutas; e fertilizantes (ureia, nitratos, potássicos, fosfatados).

O tarifaço, que atingiu cerca de 700 produtos brasileiros na virada de julho para agosto, foi imposto por Trump alegando que o Brasil era superavitário no comércio com os EUA, quando o comércio é deficitário, além de se meter em assuntos interno ao Brasil, citando o julgamento de Jair Bolsonaro e criticando o Supremo Tribunal Federal, com aplicação da Lei Magnitsky e revogação de vistos aos Estados Unidos.

Um verdadeiro atentado à soberania do Brasil, que teve a pronta resposta do governo Lula com apoio de amplos setores.

Além das medidas de apoio às empresas atingidas pelo tarifaço, o governo federal, junto com empresários tendo à frente o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, buscou a abertura de novos mercados para seus produtos e a manutenção dos empregos.

O governo Lula continua a negociar a derrubada da decisão de Trump sobre as tarifas adicionais e visa a derrubada das sanções aplicadas a autoridades brasileiras, com o cancelamento de vistos de ministros e a inclusão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes na Lei Magnitsky.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Juros altos minam a demanda e o emprego na indústria, diz CNI



Foto: Gabriel Pinheiro/Agência CNI

Foto: Lyon Santos/MDS

Expectativa de criação de emprego caiu pelo quarto mês consecutivo



Cerca de 12 milhões de lares usam a lenha e o gás de forma combinada

Governo federal começa a entregar gás de graça para famílias de baixa renda

Programa vai oferecer botijão de gás de cozinha de graça para 15,5 milhões de famílias, beneficiando 50 milhões de pessoas

O governo federal iniciou nesta segunda-feira (24) a operação do programa Gás do Povo, que ofertará recarga de botijão de gás de cozinha gratuita para famílias de baixa renda.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a implantação será gradual, começando por dez capitais do país. Nesta segunda-feira, os primeiros benefícios foram distribuídos em Teresina (PI). Na primeira etapa, o governo federal pretende atender 1 milhão de famílias cadastradas no CadÚnico e residentes, além de Teresina, em Salvador (BA), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Recife (PE), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP).

A Caixa Econômica Federal será responsável pela distribuição dos vales para recargas e pelo cadastro de distribuidores. Terão direito ao Gás do Povo famílias com renda de até meio salário mínimo (R\$ 759), com prioridade para os beneficiários do Bolsa Família, com renda per capita de até R\$ 218.

O programa conta com investimentos de R\$ 94 milhões do governo e o objetivo é alcançar atendimento a 15 milhões de famílias até março de 2026.

“O Programa Gás do Povo vai atender a mais de 15 milhões de famílias no Brasil, exatamente a parcela da nossa população que não tinha um acesso regular à oferta do gás, que é uma energia fundamental para alimentação”, afirma Osmar Júnior, secretário-executivo do Ministério.

“A iniciativa permite que as famílias que mais precisam tenham gás para confeccionar sua alimentação, sem ter que recorrer à lenha e outros expedientes até mais perigosos que causaram muitos acidentes e problemas de saúde ao longo do tempo”, completou.

O programa foi lançado em setembro, em Belo Horizonte pelo presidente Lula.

“Todo mundo tem que ter direito a comer e, para isso, precisa ter direito ao alimento e ao gás para cozinhar. É por isso que estamos tentando mostrar que o que falta nesse país não é dinheiro, é tratar o povo com o respeito e a decência que o povo brasileiro precisa. O governo tem que ajudar aqueles que não tiveram chance de estudar, que não tiveram oportunidade”, disse Lula.

Com o preço do botijão de gás de cozinha corroendo o orçamento familiar, cerca de 12 milhões de lares brasileiros ainda usam a lenha e o gás de forma combinada para cozinhar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse universo, cerca de 5 milhões são famílias de baixa renda, ou 15 milhões de pessoas que ainda recorrem à lenha.

Lula sanciona lei que garante R\$ 5 bi anuais para Defesa fora do arcabouço

Programas estratégicos das Forças Armadas, como o desenvolvimento de submarinos convencionais e o nuclear, ficam fora da meta da Fazenda que limita investimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta quarta-feira (19) o projeto de lei complementar, aprovado pelo Congresso Nacional, que permite ao governo investir até R\$ 30 bilhões com Defesa, por fora das regras do arcabouço fiscal.

Pelo texto, publicado no Diário Oficial da União (DOU), os investimentos em “desenvolvimento da Base Industrial de Defesa” deverão ficar fora das amarras do arcabouço fiscal, que deter-

mina limites ao crescimento das despesas primárias do governo federal, o equivalente a até 70% da alta real das receitas, e esse crescimento real é limitado a um teto máximo de 2,5% ao ano.

Assim, o governo poderá gastar até R\$ 5 bilhões por ano – pelos próximos seis anos – em projetos de defesa nacional por fora da regra fiscal.

Para este ano, a proposta também libera até R\$ 3 bilhões fora do teto do arcabouço e da meta fiscal em

2025 para investimentos na área de Defesa.

Os recursos devem priorizar o Novo Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do Ministério da Defesa. Entre os projetos que devem ser beneficiados estão o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) – que compreende a produção de quatro submarinos convencionais e um submarino nuclear – e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

Expectativa de demanda por produtos industriais tem pior novembro desde 2016

A Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra um aumento na produção industrial em outubro frente à setembro, porém, segundo o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o resultado ficou em patamar bem abaixo dos últimos anos.

“A taxa de juros alta vem minando a demanda e reduzindo a atividade como um todo”, afirmou Azevedo ao divulgar a pesquisa na segunda-feira (24). “A expectativa de demanda por bens industriais para os próximos meses ainda é positiva, sobretudo por causa das festas de fim de ano, mas está mais fraca do que o normal. Os empresários estão percebendo, há alguns meses, uma queda da demanda por seus produtos. Por conta disso, projetam que a esperada alta do consumo que todos os anos ocorre no período de festas será menos intensa do que a de anos anteriores”, declarou.

QUEDA NO EMPREGO

O número de empregados caiu na passagem de setembro para outubro. “Além disso, o índice de expectativa de número de empregados para os próximos seis meses recuou e segue mostrando expectativa

de queda das contratações pelo quarto mês consecutivo”. O índice ficou abaixo da linha divisória dos 50 pontos, indicando queda no total de trabalhadores na comparação com o setembro.

Em relação às exportações,, com o tarifaço imposto por Donald Trump, presidente dos EUA, as expectativas se mantêm negativas pelo quarto mês seguido.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) subiu de 69% para 71% entre setembro e outubro. Percentual menor do que o observado em outubro de 2024, quando a UCI foi de 74%, o mesmo registrado em outubro de 2023.

NOVEMBRO

Os índices de expectativa de número de empregados e de quantidade exportada também pioraram em novembro.

Segundo a CNI, a expectativa de demanda por produtos industriais tem o pior novembro desde 2016. Os empresários esperavam aumentar a aquisição de insumos e matérias-primas e agora estão menos confiantes em relação à demanda. Apenas a intenção de investimento mostrou leve alta, mas segue abaixo dos patamares observados no final do ano passado.

Prévia da inflação fica dentro da meta em novembro. Não tem desculpa para manter taxa de juro real nas alturas

Em 12 meses, o IPCA-15 atingiu 4,50%. Presidente do BC diz que vai manter Selic em 15%, com os juros reais sufocando produção e emprego e favorecendo o rentismo

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), indicador prévio de inflação, foi de 0,20% em novembro deste ano, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (26). Em outubro deste ano, o indicador marcou 0,18%. Já em novembro de 2024, a taxa foi de 0,62%.

O IPCA-15 acumula no ano alta de 4,15% e, nos últimos 12 meses, de 4,50%, sendo este último abaixo dos 4,94% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Esses resultados sinalizam que a inflação segue controlada no Brasil e colocam o Banco Central (BC) ainda mais contra a parede, pois a direção da autarquia resiste em reduzir os juros no país, sob o pretexto que tem de cumprir a meta de inflação de 3%, que conta com intervalo de tolerância de 1,5 a mais para ser cumprida.

Ontem (25), o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, voltou a defender que os juros devem seguir altos – prejudicando a economia, as empresas produtivas e a criação de empregos de qualidade no país. Ele argumenta que a autoridade monetária não tem alternativa além de usar a taxa básica de juros (SELIC), hoje nos escorchantes 15%, para trazer a inflação ao centro da meta de 3%.

“A determinação legal é uma meta de 3%, o instrumento é a taxa de juros, e o Banco Central tem de usar a taxa de juros para perseguir a meta de inflação”, disse Galípolo, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Em novembro deste ano, a inflação foi puxada pelo grupo que considera as Despesas Pessoais, que teve no mês a maior variação e o maior impacto, 0,85% e 0,09 p.p., na ordem, sobre o IPCA-15. As Despesas Pessoais subiram, princi-

palmente, pelas altas na hospedagem (4,18%) e no pacote turístico (3,90%).

Saúde e cuidados pessoais (0,29%) e Transportes (0,22%) tiveram o segundo maior impacto no índice geral (0,04 p.p.). No caso da Saúde e cuidados pessoais, a alta voltou a ser puxada pelo plano de saúde (0,50%). Em Transportes, a inflação veio na esteira das passagens aéreas, que subiram 11,87% e tiveram o maior impacto individual no índice do mês (0,08 p.p.).

Na prévia da inflação de novembro os combustíveis tiveram queda (-0,46%), puxada pelas reduções nos preços: etanol (-0,54%), gasolina (-0,48%) e óleo diesel (-0,07%).

Após cinco meses de queda, o grupo Alimentação e bebidas, de maior peso no índice, subiu 0,09%, ocupando o terceiro lugar em termos de impacto (0,02 p.p.) no IPCA-15. Essa alta foi puxada pela alimentação fora do domicílio (0,68%), que acelerou em relação ao mês anterior (0,19%), com o aumento da refeição (0,56%) e do lanche (0,97%).

Por outro lado, a alimentação no domicílio permanece no campo negativo, com queda de 0,15% no mês, após recuar 0,10% em outubro. O alívio no bolso do consumidor veio dos preços do leite longa vida (-3,29%), do arroz (-3,10%) e das frutas (-1,60%). No lado das altas, destacam-se a batata inglesa (11,47%), o óleo de soja (4,29%) e as carnes (0,68%).

Por sua vez, o grupo Habitação desacelerou de 0,16% para 0,09% na passagem de outubro para novembro, com a nova queda nos preços da energia elétrica residencial, que passou de -1,09% para -0,38% na passagem de outubro para novembro. Já os aumentos vieram das contas de condomínio (0,38%) e do aluguel residencial (0,37%).



Reprodução

Presidente discursou em Moçambique Brasil não será apenas um fornecedor de materiais críticos, afirma o presidente

O presidente Lula afirmou na segunda-feira (24) encerramento do encontro empresarial Brasil-Moçambique, que o Brasil não aceitará ser apenas fornecedor de minerais estratégicos, como lítio e cobalto, essenciais para a transição energética.

O presidente foi enfático ao dizer que nações ou empresas interessadas nesses recursos terão que investir em processos produtivos dentro do território nacional. “Se quiserem, terão que industrializar no nosso país para que o nosso país possa ganhar dinheiro”, declarou, defendendo que cada país mantenha controle soberano sobre suas riquezas.

“Ou aproveitamos essas riquezas que Deus nos deu e fazemos disso uma riqueza para nosso povo, ou vamos ver os países de sempre cavarem buracos no nosso país, levarem nosso minério e a gente ficar com a fome e a pobreza”, afirmou.

Segundo Lula, a experiência histórica brasileira demonstra a necessidade de políticas que priorizem agregação de valor e desenvolvimento interno. Ele defendeu que a cooperação com países africanos deve incluir transferência tecnológica e integração industrial, de modo que ambos os lados se beneficiem de forma equilibrada.

Lula reforçou o que já vem dizendo, que o país não pretende repetir modelos de exploração que exportam riquezas naturais sem agregar valor. O discurso destacou a importância de uma política industrial que assegure benefícios diretos à população brasileira.

O presidente disse que Moçambique tem um grande potencial econômico, assim como o continente africano. Lula apontou setores como energia, agricultura, saúde, tecnologia e defesa como áreas propícias para cooperação entre os dois países. Ele afirmou que o Brasil precisa ampliar suas importações e investimentos em Moçambique, além de fortalecer parcerias entre as cadeias produtivas do Mercosul e da zona de livre comércio africana. “Não estamos falando de uma coisa pequena”, afirmou ao citar um mercado integrado de 1,3 bilhão de pessoas e PIB trilionário.

Lula defendeu que o Brasil pode contribuir de forma decisiva para a segurança alimentar de Moçambique e ressaltou que a Petrobrás tem capacidade técnica para colaborar na exploração de gás natural no país africano. Ele lembrou que Moçambique possui grandes reservas, enquanto o Brasil tem demanda crescente pelo insumo. Nesse contexto, afirmou que a estatal brasileira pode atuar diretamente com empresas locais para viabilizar projetos conjuntos.

Cunhado de Vercaro despejou R\$ 5 milhões nas campanhas de Tarcísio de Freitas e Bolsonaro

O banqueiro Daniel Vercaro, preso após o escândalo de desvio bilionário do Banco Master, com montantes que podem chegar a R\$12,5 bilhões só do BRB, é nada mais e nada menos do que cunhado do pastor Fabiano Campos Zettel, dono do Moriah Asset, um fundo que, junto com o BTG Pactual, adquiriu uma fatia da marca Oakberry, maior franquia de vendas de açaí do país.

Coincidentemente, o pastor Fabiano Campos Zettel foi um grande colaborador financeiro da campanha de Jair Bolsonaro. O pastor repassou R\$ 3 milhões para a campanha de Jair Bolsonaro (PL) à reeleição em 2022. Em outra coincidência, Zettel foi também o maior doador individual da campanha do bolsonarista Tarcísio de Freitas ao governo de São Paulo. O cunhado de Vercaro doou R\$ 2 milhões para a campanha de Tarcísio.

Deputados já discutem a instalação de uma CPI para abrir a caixa-preta do Banco Master, cuja cúpula foi toda presa esta semana pela Polícia Federal por liderar um esquema de fraude bilionária no Sistema Financeiro Nacional. A investigação atinge diretamente Daniel Vercaro, o banqueiro preso.

Além de advogado, Zettel é também pastor da igreja Bola de Neve. Ele é também operador do mercado financeiro. É casado com Natalia Vercaro Zettel, igualmente pastora, e irmã do banqueiro preso esta semana. A frente da Moriah Asset, o pastor informa que investe em diversas empresas e tem também investimentos diretos e indiretos, através de fundos, no setor imobiliário.

As conexões financeiras de Vercaro e o cunhado aparecem ao mesmo tempo em que o fundo Hans 95, ligado a Vercaro, se tornou alvo central da PF na Operação Carbono Oculto. A suspeita é de uso de uma rede de fundos para lavar recursos do PCC por meio de operações blindadas — fundos fechados, poucos cotistas e estruturas em cascata que escondiam beneficiários finais.

A teia inclui aportes pesados do Hans 95 no próprio Banco Master em meio à crise de liquidez do banco. Só o Hans 95 aplicou R\$ 124 milhões em CDBs do Master em 2024. Em 2025, o Astralo 95 registrou R\$ 622 milhões em papéis do banco. Outro fundo ligado à cadeia, o Murren 41, movimentou mais R\$ 103 milhões. Somando tudo, pelo menos R\$ 849 milhões foram canalizados para o Banco Master.

Termina julgamento no STF e o Bozo vai para a cadeia



Reprodução

O mundo caiu para o golpista em que sob sua gestão 700 mil pessoas morreram de covid

Exército prende Augusto Heleno e Paulo Sérgio; o ex-comandante da Marinha também é preso

Os generais e ex-ministros de Bolsonaro, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foram presos na terça-feira (25) pelo Exército para o início do cumprimento de pena por tentativa de golpe de Estado.

O ex-comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, único da cúpula das Forças Armadas em 2022 que aceitou participar do golpe, também foi preso. Ele deverá cumprir sua pena em uma unidade da Marinha.

A prisão dos golpistas ocorreu após o esgotamento dos recursos.

Os dois ex-ministros, que eram do “núcleo crucial” da organização do golpe, foram levados para o Comando Militar do Planalto, em Brasília.

Augusto Heleno era chefe do Gabinete de

Segurança Institucional (GSI) e foi condenado a 21 anos de prisão.

Ele ajudou Jair Bolsonaro a construir o movimento golpista, sendo um dos chefes do “Gabinete de Crise”. Documentos apreendidos mostram que o general orientava Bolsonaro com “argumentos” que seriam utilizados contra as urnas eletrônicas e o STF. Heleno também montou o grupo que agia criminosamente na Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Já Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que chegou a ser comandante do Exército e foi ministro da Defesa, cumprirá 19 anos de cadeia.

Enquanto ministro da Defesa, Paulo Sérgio ficou responsável por convocar as reuniões e pressionar os comandantes do Exército, Ma-

rinha e Aeronáutica para que aderissem ao golpe.

O militar ainda participou da elaboração do relatório do Exército de fiscalização das eleições que foi manipulado para atender às intenções golpistas de Jair Bolsonaro.

O ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, participou das reuniões com Jair Bolsonaro e colocou a Força à disposição dos golpistas. Outros que participaram da reunião, como ex-ajudante de ordens da Presidência, Mauro Cid, e os ex-comandantes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, brigadeiro Baptista Junior, confirmaram aos investigadores que Almir Garnier Santos queria dar um golpe ao lado de Bolsonaro.

Moraes determina perda de mandato de Ramagem, foragido nos Estados Unidos

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou na terça-feira (25), a perda imediata do mandato do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), após trânsito em julgado da condenação que lhe impôs 16 anos de prisão por participação ativa na trama golpista que tentou subverter o resultado das eleições.

Segundo Moraes, a fuga do parlamentar configura deserção política, quebra de decoro e violação frontal à confiança dos eleitores.

A decisão foi enviada à Mesa Diretora da Câmara, que terá de declarar a vacância e convocar o suplente.

O agravante da fuga é que o parlamentar, como ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) detém informações sensíveis e sigilosas do Estado brasileiro. Isso o torna perigoso para o País, foragido do Brasil.

Não se pode esquecer do caso do ex-deputado Chiquinho Brazão (RJ), um dos mandantes do assassinato da vereadora fluminense Marielle Franco (PSol), com o motorista Anderson Gomes, que perdeu o mandato por faltas, por absoluta inação da Mesa da Câmara.

FUGIU
Ramagem embarcou para os Estados Unidos antes da expedição dos mandados de prisão — setembro — e se estabeleceu com a família em Miami, repetindo o movimento de outros investigados pelo STF. Saiu na “encolha”, na “surdina”, como os ratos fazem quando o navio começa a afundar.

Para Moraes, o parlamentar desprezou as responsabilidades insti-

tucionais, tendo usado a imunidade e o cargo como escudo político até o último momento.

E tendo abandonado o País quando percebeu que não havia mais margem para protelar o cumprimento da pena por tentativa de golpe de Estado.

ESCÂNDALO

O caso reacende contradição gritante: os deputados federais Carla Zambelli (PL-SP) e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), igualmente foragidos no exterior, continuam recebendo salários, verbas e benefícios da Câmara, embora não exerçam qualquer atividade parlamentar.

O de Zambelli tem sido depositado na conta dela, embora esteja bloqueado por decisão judicial.

A manutenção desses privilégios expõe:

- vácuo normativo da Câmara quanto a ausências prolongadas;
- leniência política de seus dirigentes; e
- incapacidade de reagir diante de parlamentares que trocam o mandato pela fuga.

Trata-se de situação que fere a moralidade administrativa, transforma o erário em financiamento de fugitivos e desgasta profundamente a imagem do Legislativo perante a sociedade.

CONTRAMÃO

Com a decisão de Moraes, aumenta a pressão para que a Mesa Diretora finalmente:

- instaure processos de cassação de mandatos de foragidos;
- suspenda pagamentos de salários e verbas aos que abandonaram o País; e
- regulamente ausências injustificadas superiores a 30 dias. Algo básico para qualquer Poder Público.

A inação da Câmara dos Deputados alimenta a percepção de que privilégios parlamentares superam o interesse público. O que enfraquece o esforço institucional de responsabilização após a tentativa de golpe de Estado.

CRONOLOGIA

- **Abril – Junho:** avanço das investigações aponta envolvimento direto de Ramagem na articulação golpista.
- **Julho:** intensificação de provas; advogados recorrem sistematicamente para atrasar decisões.
- **Setembro:** Ramagem viaja aos EUA com familiares.
- **Outubro:** STF conclui julgamento e confirma condenações do núcleo.
- **Novembro:** trânsito em julgado ratifica as penas; Moraes decreta perda do mandato de Ramagem.

AUSENTES

Como funciona hoje: Câmara não possui regra clara que suspenda salário de deputados que abandonam o País por longos períodos. Basta apresentar justificativas genéricas, normalmente aceitas sem rigor.

Resultado: deputados foragidos continuam recebendo salário integral, auxílio-moradia, cota parlamentar e demais benefícios, mesmo sem pisar no plenário, sem votar e sem representar os eleitores.

Custo para o contribuinte: cada deputado ausente custa mais de R\$ 200 mil por mês entre salário, assessores, verbas de gabinete e despesas operacionais.

Consequência política: Congresso se torna refém de paradoxo: condena o golpismo, mas banca financeiramente seus protagonistas.

Política/Economia □ 3

Condenação é de 27 anos e 3 meses. Golpista já está em prisão preventiva após tentar violar a tornozeleira eletrônica

O Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de declarar que o processo de Jair Bolsonaro e mais dois condenados por tentativa de golpe de Estado e assassinato de autoridades transitou em julgado. Ou seja, o STF entendeu que não cabem mais recursos e abriu caminho na terça-feira (25) para a execução das penas na prisão.

O Supremo decretou o caso encerrado para os condenados Jair Bolsonaro: Alexandre Ramagem (PL-RJ), deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Anderson Torres, ex-ministro da Justiça no governo Bolsonaro. Alexandre Ramagem encontra-se foragido nos Estados Unidos.

O três citados na resolução do STF são os condenados que não apresentaram os segundos embargos de declaração, cujo prazo terminou na segunda (24). Agora, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, tem que decretar o início da pena. Isso pode acontecer a qualquer momento. Decretadas as prisões, os condenados serão levados aos locais de cumprimento da pena, que serão definidos também pelo ministro.

Jair Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial fechado, por

liderar uma organização criminosa que tentou impedir a posse do presidente Lula e subverter o Estado democrático de Direito. Atualmente ele está em prisão preventiva na sede da Polícia Federal em Brasília depois de tentar violar a tornozeleira eletrônica durante prisão domiciliar.

Alexandre Ramagem deverá cumprir pena de 16 anos, 1 mês e 15 dias de prisão. Em regime inicial fechado. Já a pena de Anderson Torres é de 24 anos de prisão. Regime inicial fechado. Os bolsonaristas costumam dizer que os condenados no Brasil têm privilégios e defendem o seu fim. Um exemplo disso é a audiência de custódia, que eles consideram um direito “inaceitável”. Entretanto, quando são eles os condenados, como neste caso, tiveram direito a tudo e ainda estão pedindo prisões especiais. Não querem ir para a Papuda.

Além de Bolsonaro, os demais integrantes condenados do núcleo central do golpe são Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Augusto Heleno, ex-chefe do GSI; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; Alexandre Ramagem (PL-RJ), deputado federal; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, general e ex-ministro e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens (delator; cumpre pena domiciliar de 2 anos).

Jair Bolsonaro é preso preventivamente a pedido da PF por quebrar a tornozeleira

Jair Bolsonaro (PL) foi preso na manhã do sábado, 22 de novembro, em Brasília. A prisão é preventiva e foi solicitada pela Polícia Federal (PF) ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida ainda não é resultado direto da condenação por tentativa de golpe de Estado, mas se trata de uma medida cautelar. O processo ainda está em fase de recursos finais. O ministro Alexandre de Moraes mandou que a PF não utilizasse algemas para conduzir o condenado.

A prisão foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após o senador Flávio Bolsonaro convocar vigília em frente à casa do condenado, às vésperas do início do cumprimento da pena por tentativa de golpe e de planejar o assassinato do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro foi detido pelos agentes da Polícia Federal por volta das 6h e não reagiu à prisão. Ele chegou na sede da PF em Brasília por volta das 6h35. Segundo o G1, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro não estava em casa no momento da detenção. Bolsonaro foi levado para a Superintendência da PF no Distrito Federal, onde ficará em uma “Sala de Estado” — espaço reservado para autoridades como presidentes da República.

O comboio que transportava Bolsonaro chegou à sede da Polícia Federal às 6h35. Após os trâmites iniciais, Bolsonaro foi levado para a Superintendência da PF no Distrito Federal, onde

ficará em uma “Sala de Estado” — espaço reservado para autoridades como presidentes da República.

O chefe dos golpistas passará por exame de corpo de delito ainda neste sábado. Agentes do Instituto Médico-Legal (IML) já foram até o local para realizar o procedimento. Não houve a colocação de algemas. A Polícia Federal informou que cumpriu um mandado de prisão preventiva expedido por decisão do STF. A defesa de Bolsonaro afirmou que, até as 6h40, ainda tinha sido informada da prisão do ex-presidente.

Bolsonaro estava em prisão domiciliar desde 4 de agosto. A época, o ministro Alexandre de Moraes decretou a medida por descumprimento de medidas cautelares impostas ao ex-presidente. Ele foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão pelo STF, em setembro, por tentativa de golpe de Estado. A condenação ainda não transitou em julgado e segue em fase de recursos. A prisão deste sábado, porém, não tem relação com essa condenação.

Na sexta-feira, a defesa de Bolsonaro pediu ao ministro Alexandre de Moraes que substitua o regime inicial fechado por prisão domiciliar. No pedido protocolado pela defesa, os advogados afirmam que Bolsonaro tem “quadro clínico grave”, sofre de “múltiplas comorbidades”. Tanto Bolsonaro quanto seu partido, o PL, são contra que condenados tenham sejam tratados com dignidade na prisão. Agora eles pedem este tratamento para o chefe do golpe. Moraes ainda não decidiu sobre esse pedido da defesa de Bolsonaro.

Ele confessou que tentou violar tornozeleira com ferro de solda

A Polícia Federal informou que Jair Bolsonaro (PL) tentou violar a tornozeleira eletrônica na madrugada de sábado (22). Ele admitiu aos agentes que utilizou ferro de solda para violar a tornozeleira eletrônica na madrugada. “O senhor usou alguma coisa para queimar isso aqui?”, pergunta a policial. Bolsonaro responde: “Eu meti ferro quente aí. Curiosidade”.

Nas imagens do vídeo feito pelos peritos pode-se constatar que o aparelho foi danificado. A polícia voltou a perguntar “Que ferro foi, ferro de passar?”. Bolsonaro responde que não. “Não, ferro de soldar, de solda”, diz detento. A PF identificou a tentativa de violação da tornozeleira às 00h08 de sábado.

Imediatamente, a equipe que faz a segurança de Bolsonaro foi acionada pela Secretaria de Administração Penitenciária do governo do Distrito Federal, responsável pelo aparelho. A escolta, então, confirmou a violação e fez a troca à 1h09.

Em seguida, a servidora pergunta se Bolsonaro tentou arrancar a pulseira que prende o equipamento ao tornozelo. “O senhor tentar puxar a pulseira, também?” “Não, não, não. Isso não. Não rompi a pulseira, não”, negou Bolsonaro. “Pulseira aparentemente intacta, mas o ‘case’ [a capa] violado”, relata a servidora no vídeo. “Que horas o senhor começou a fazer isso, seu Jair?”, ela pergunta. “No final da tarde”, Bolsonaro afirma.

Cláudio Castro denunciado por desviar R\$ 1,2 bi para o Master

Notícia-crime protocolada por Otoni de Paula aponta que R\$ 1 bi do fundo de aposentadoria de servidores foi aplicado no Banco Master, mesmo com alertas de risco

O deputado federal Otoni de Paula (MDB-RJ) apresentou uma notícia-crime à Procuradoria-Geral da República contra o governo Cláudio Castro, acusando a gestão estadual de possíveis crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de dinheiro. A denúncia aponta que o Executivo fluminense direcionou cerca de R\$ 1 bilhão do Rioprevidência — responsável pelo fundo de aposentadoria de 235 mil servidores — e R\$ 230 milhões da Cedae para o Banco Master, mesmo diante de alertas do Tribunal de Contas do Estado de que a instituição enfrentava crise aguda.

A representação de Otoni ocorre em meio ao agravamento da situação do banco, que foi alvo da Operação Compliance Zero na terça-feira (18), investigação destinada a apurar irregularidades na sua administração. O caso culminou na prisão do principal controlador, Daniel Vorcaro, e de seu sócio Augusto Lima, além da liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central. No documento enviado à PGR, o deputado ressalta que o TCE-RJ havia advertido o governo sobre riscos significativos associados a transações com o Master, em razão da “concentração crítica” e do potencial de ameaça à segurança financeira do regime previdenciário. Ele pede que sejam investigados gestores e ex-gestores do Rioprevidência e da Cedae, assim como administradores e controladores do Banco Master.

Em suas redes sociais, Otoni afirmou: “O que está em jogo não é apenas um problema financeiro, é uma traição institu-

cional de magnitude sistêmica”. E completou: “O Rioprevidência e a CEDAE expuseram recursos essenciais a um risco bilionário, fruto de uma gestão temerária e de uma imoralidade que a Lei e a Fé não podem tolerar. Atacar o patrimônio dos servidores é atacar a DIGNIDADE das famílias”.

Para o parlamentar, a dimensão do prejuízo potencial e o risco de envolvimento do Fundo Garantidor de Créditos justificam medidas imediatas como quebra de sigilos e responsabilização penal federal. Ele reforçou sua posição afirmando: “Quem tenta roubar o futuro do nosso povo deve sentir o peso da Lei”.

O impacto da crise do Banco Master também foi analisado pelo professor Hugo Garbe, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Segundo ele, “Há uma exposição relevante de fundos de previdência a títulos emitidos pelo Banco Master, o que amplia o impacto da liquidação e evidencia o papel do efeito multiplicador na economia”.

Garbe explica que “Diversos fundos de previdência de servidores estaduais e municipais investiram volumosamente em letras financeiras emitidas pelo Master, sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos. Juntos, esses fundos aplicaram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão nesses títulos”, valor que pode ser ainda maior.

Ele menciona, entre os afetados, o fundo dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e os de municípios como Cajamar, São Roque, Aparecida de Goiânia, Araras e Santo Antônio de Posse, acrescentando que Maceió também pode estar entre os prejudicados.



APP - Sindicato

Ratinho perdeu de lavada: 83 escolas disseram não

Paraná: Comunidades escolares rejeitam privatização e impõem nova derrota a Ratinho Junior

Nem o aparato publicitário do governo, nem o apoio de empresas e aliados políticos foram suficientes para salvar, mais uma vez, o programa Parceiro da Escola, aposta central do governador Ratinho Jr. (PSD) para transferir a gestão das escolas públicas para empresas privadas. Na nova consulta, realizada nesta semana, Ratinho perdeu de lavada: 83 escolas disseram não à privatização, apenas duas votaram a favor e 11 não atingiram quórum – situação em que, segundo a regra imposta pelo próprio governo, a decisão fica nas mãos do secretário da Educação. Na consulta cívico-militar, o cenário foi o mesmo: 17 colégios rejeitaram o modelo.

Para a presidente da APP-Sindicato, Walkiria Mazeto, o resultado expressivo revela a força da resistência à tentativa do governo de impor o projeto. “O resultado desta votação é uma grande demonstração de resistência e uma vitória para a educação pública do Paraná. E o reconhecimento das mães, dos pais e responsáveis de que as nossas direções, os professores e funcionários fazem um trabalho incrível para manter de pé a escola pública com qualidade e para todos, mesmo em condições difíceis”, enfatiza Walkiria.

“É uma grande derrota para o projeto político e autoritário do governador Ratinho Jr., que não dialoga com os educadores e nem respeita a decisão da comunidade quando o resultado não é o que ele quer.”, continua.

A maior parte dos colégios

consultados já havia rejeitado o programa em dezembro do ano passado. Insatisfeito com o revés, Ratinho Jr. publicou no dia 10 de novembro uma nova convocação, em prazo curto o suficiente para tentar empurrar o projeto, segundo educadores.

A manobra, avalia Walkiria, é clara: “Nos casos em que o quórum de votantes não é atingido, quem decide pela adesão ou não é o secretário da Educação.” Foi esse mesmo expediente que permitiu ao governo instalar o programa em 82 escolas no ano passado, apesar de apenas 11 terem votado a favor.

No Colégio Estadual Industrial, em Francisco Beltrão, o repúdio à proposta foi massivo e mais de 90% dos votos foram contrários à privatização. A experiência das escolas que já estão sob gestão privada reforça o descontentamento. Apesar do discurso oficial de que as empresas cuidariam apenas de tarefas administrativas, denúncias feitas à APP apontam interferência direta no trabalho pedagógico, inclusive com pressões sobre professores para manipular indicadores educacionais que condicionam parte do lucro das contratadas.

As empresas contratam professores e funcionários sem concurso, promovem demissões arbitrárias e adotam práticas que desorganizam a rotina escolar. Há queixas sobre salas sujas, merenda de baixa qualidade, contratação de diaristas sem formação adequada e atraso na manutenção.



Rogério Santana

Governador desviou recursos do Rioprevidência e da Cedae para o Banco Master

Justiça condena Ney Santos – ex-prefeito de Embu, aliado do PCC e amigo de Tarcísio

A Justiça de São Paulo condenou Ney Santos (Republicanos), ex-prefeito de Embu das Artes, a 3 anos e 9 meses de prisão em regime semiaberto pelo crime de transporte e posse de arma de fogo com numeração raspada.

A sentença de condenação é da juíza Mayara Maria Oliveira Resende, da 2ª Vara Criminal de Cosmópolis (SP) e foi publicada no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). A juíza concedeu aos réus o direito de recorrer da decisão em liberdade.

O caso que motivou a condenação aconteceu em fevereiro de 2019, quando Santos viajava com o motorista em um veículo da prefeitura. Eles foram parados após a Polícia Militar desconfiar do trajeto feito pelo condutor.

Os agentes encontraram no assalto do banco do motorista uma pistola calibre .380 da marca Taurus com numeração raspada, três carregadores e uma mira laser, acessório de uso restrito.

Durante o processo, Ney Santos, que é do mesmo partido e aliado do governador Tarcísio de Freitas afirmou que havia se perdido no caminho enquanto deixava a cidade de Cosmópolis, no interior de São Paulo, rumo à capital, e que não sabia que o motorista tinha uma arma irregular. Ele apontou que, normalmente, era acompanhado por um guarda municipal e que o motorista havia sido designado de última hora por um assessor.

A Justiça, no entanto, afastou a justificativa defen-



Ex-prefeito Ney Santos e Tarcísio de Freitas

dida por Santos. Na sentença, a juíza afirmou que a arma circulava livremente dentro do carro e que sua visibilidade era evidente. Ressaltou que ambos os réus se revezavam ao volante, o que, na prática, implicaria também o transporte do armamento no interior do veículo.

A magistrada também destacou o fato de que Ney Santos ocupava o cargo de prefeito na época dos fatos. Ela ressaltou que agentes públicos devem observar conduta irrepreensível, já que representam a sociedade. O volume de munições encontradas (15 cartuchos de 9 mm e 30 de calibre .380) também foi considerado uma circunstância negativa.

O Ministério Público havia pedido a condenação de ambos os réus, argumentando haver prova suficiente de autoria e materialidade. A pena aplicada ao motorista foi de 3 anos e 4 meses de reclusão.

Além do transporte e posse de arma com numeração raspada, o ex-prefeito foi acusado de usar um bem público, um Toyota Corolla locado pela Prefeitura de Embu das Artes, indevidamente, em proveito

próprio. No entanto, a justiça entendeu que não havia elementos para prosseguir a ação penal por esse crime.

Em julho, aliados do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fizeram apelos para que ele concorra à Presidência da República em uma cerimônia para a entrega de 432 unidades habitacionais em Embu das Artes.

Ney Santos e a deputada federal Ely Santos, ambos do Republicanos, também estavam na cerimônia. Ainda, Ney Santos, que é réu em processo por lavagem de dinheiro por suposto envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC), chegou a pegar no braço do governador e anunciá-lo como candidato ao Planalto.

“O estado de São Paulo está pequeno para o senhor”, disse Ney Santos. “A voz do povo é a voz de Deus e Tarcísio será o nosso presidente da República”, acrescentou.

Ney Santos tem um longo histórico de investigações e foi acusado de envolvimento com o PCC. Ele sempre alegou ser inocente.

Prefeitura de Mongaguá multa privatizada Sabesp após despejo de esgoto na praia



Mancha preta que atingiu o mar de Mongaguá

escura por conta do acúmulo de sedimentos, areia e matéria orgânica.

Segundo a administração municipal, o odor característico de esgoto percebido por moradores e por equipes de fiscalização que estiveram no local na terça-feira (18) não condiz com esse comportamento habitual, indicando a possibilidade de ligações clandestinas de esgoto na rede pluvial, extravasamento da rede coletora ou acúmulo de sedimentos contaminados no leito dos canais.

A prefeitura informou que a multa aplicada à Sabesp se deve a uma infração sanitária relacionada ao lançamento de esgoto sem tratamento nas praias da cidade. Além disso, a gestão municipal acionou a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para auxiliar nas análises e declarou que estuda aumen-

tar o valor da penalidade, considerando que o problema também envolve o descarte irregular de resíduos nas águas. A nota oficial da administração afirma ainda que o Ministério Público deverá ser acionado diante da gravidade dos impactos ambientais e sociais associados ao episódio.

A Sabesp, por sua vez, afirmou que não recebeu denúncias em seus canais de atendimento e atribuiu a alteração na coloração da água ao arraste de sedimentos e poluição urbana causado pelas fortes chuvas, fenômeno que, segundo a companhia, é comum em regiões de deságue após grandes pancadas de chuva. A empresa não respondeu às demandas específicas da reportagem sobre o odor relatado e sobre as suspeitas levantadas pela prefeitura até a última atualização desta matéria.



Leci Brandão recebe estatua dourada na premiação em SP

Troféu Raça Negra homenageia legado de Leci Brandão

A 25ª edição do Troféu Raça Negra, realizada nesta terça-feira (18) em São Paulo, homenageou a trajetória da cantora e referência histórica do samba, Leci Brandão. Aos 81 anos, deputada estadual pelo PCdoB foi reverenciada por sua contribuição artística, política e social à cultura afro-brasileira.

Ao chegar ao evento, a deputada destacou o simbolismo de ter construído seu legado em São Paulo, apesar de ser nascida no Rio de Janeiro. “Eu estou muito emocionada porque eu sou carioca de Madureira, mas esse estado aqui, essa cidade, virou a chave da minha vida, me deu todas as oportunidades que uma mulher preta precisa ter.”

Leci também dedicou o momento à memória de sua mãe. “Eu não fiz nada de mais, não. Deus que me deu emoção, me deu sabedoria pra poder construir tudo isso, mas a grande sabedoria que eu tive foi de uma mulher servente de escola pública, dona Leci de Assumpção Brandão, minha mãe, que já está nos braços de Deus.”

Ovacionada ao receber a estatua no palco, a artista reforçou em discurso divulgado nas redes sociais a dimensão simbólica do prêmio. “Pessoas como eu, negros, negras, repletos de beleza, inteligência, competência, e, sobretudo, de alegria. Essa visão nos revigora, dá força, inspiração e esperança. O Troféu Raça Negra é um importante reconhecimento cultural”.

“Me enche de emoção, gratidão e responsabilidade. Minha trajetória sempre esteve ligada à luta, à arte e ao compromisso com o meu povo, e ver essa história celebrada na 8ª Vira da Consciência representa um gesto de profundo respeito e afeto. (...) Que esta homenagem inspire ainda mais a valorização da memória, da educação e da cultura como caminhos essenciais para fortalecer a consciência negra no nosso país. Seguimos juntos com amor, dignidade e esperança, elevando cada vez mais a voz do nosso povo”, disse.

A própria biografia de Leci sintetiza a razão dessa escolha. Carioca, ela iniciou sua carreira no começo dos anos 1970 e rompeu barreiras ao tornar-se a primeira mulher a integrar a ala de compositores da Mangueira. Com 25 álbuns gravados e presença decisiva na história do samba, expandiu sua atuação pública ao ingressar na política: foi eleita deputada estadual por São Paulo em 2010 e reeleita em 2014 e 2018, mantendo uma trajetória marcada pela defesa da cultura negra, de direitos sociais e da diversidade.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, também prestou reverência à trajetória da parlamentar. “O Troféu Raça tem essa grande missão. É um grande prazer para nós, porque é um momento onde nós podemos celebrar o nosso povo, a nossa gente, a nossa cultura e celebrar Leci Brandão”, destaca.

TROFÉU RAÇA NEGRA

Criado e organizado pela ONG Afrobras em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, o Troféu Raça Negra reconhece figuras que contribuem para a inclusão social e o combate ao racismo, consolidando-se como um marco anual de afirmação cultural e cidadã.

Nesta edição especial de bodas de prata, o prêmio entregou 20 estatuetas — 19 delas em prata e uma, a dourada, destinada a Leci.

Com condução dos mestres de cerimônia Erika Januza e Samuel de Assis, a noite reuniu apresentações de artistas que simbolizam diferentes vertentes da produção negra no país. Subiram ao palco Seu Jorge, Mano Brown, Rappin’Hood, Keila Regina, Marcio Art, Luedji Luna, Pinha Presidente, Drik Barbosa, Adriana Moreira e Dodô, reforçando o caráter plural e festivo da premiação.

O evento também prestou tributos a outras personalidades. O vocalista do Grupo Pixote foi agraciado, assim como o coreógrafo José Carlos Arandiba, o Zebrinha. As homenagens ampliaram o alcance da celebração, valorizando diferentes expressões artísticas e trajetórias negras de referência.



Operações entre BRB e Master eram “construídas sem transparência

BRB: da desumanidade com os servidores do DF às negociatas com a banca privada

MARCO CAMPANELLA

Nos últimos anos, notadamente depois que Ibaneis Rocha assumiu seu 2º mandato à frente do governo do Distrito Federal, em 2023, ano que começou trepidoso, entre outros motivos, pela sua atitude leniente frente à trama golpista que resultou no fatídico 8 de janeiro, quase lhe custando o mandato recém inaugurado, a direção do Banco Regional de Brasília, um patrimônio público da capital do país – e um das poucas instituições financeiras que não foram engolidas pela onda privatizante que assolou o país desde a década de 90 –, tem sido marcada por uma gestão desumana na relação com os milhares de servidores públicos distritais e aposentados.

O BRB, embora um pouco público, tem agido como “algoz” desses trabalhadores, submetidos “a restrições arbitrárias” em seus empréstimos e consignados, “impactando diretamente seu direito de escolha, sua organização financeira pessoal e, em muitos casos, gerando custos adicionais e prejuízos práticos decorrentes da impossibilidade de migração para instituições que ofereçam melhores condições de crédito e serviços bancários”, na medida em que o banco detém o monopólio das folhas de pagamento dos servidores da administração direta e indireta do DF.

A denúncia foi feita pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com o ingresso de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que solicita a interrupção imediata de prática corriqueira “no bloqueio total ou desproporcional do salário de correntistas, especialmente de servidores e ex-servidores do Distrito Federal, para pagamento de empréstimos, consignados e cartão de crédito, sem garantir o mínimo existencial ao contribuinte, gerando manifestas lesões a preceitos fundamentais”.

O documento é autorizado pela presidente nacional do partido, Luciana Santos, e foi motivado pelo Comitê Distrital do partido no DF, presidido por João Vicente Goulart, a partir de denúncias de descontos superiores a 30% da renda mensal de servidores e ex-servidores, configurando “frontal violação ao mandamento constitucional de proteção aos idosos, comprometendo diretamente sua subsistência e violando os deveres estatais de amparo, proteção à dignidade, bem-estar e garantia do direito à vida desta população idosa e vulnerável”.

Na outra ponta, entretanto, enquanto o banco adota essa postura com os servidores e ex-servidores do DF, sua relação com interlocutores do sistema financeiro privado é muito diferente, como ficou demonstrado na tentativa de compra do Banco Master e, mesmo diante do impedimento, na compra de papéis podres que podem, segundo as investigações preliminares conduzidas pela Polícia Federal (PF), ter gerado um prejuízo da ordem de R\$ 12 bilhões.

A informação foi dada pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, após a operação que prendeu o dono do Master, Daniel Vorcaro, e outras figuras associadas às irregularidades apontadas, e afastou o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa. Além disso, em outro momento, o BRB teria transferido R\$ 16,7 bilhões ao banco fraudulento, fatos que provocaram sua liquidação extrajudicial pelo Banco Central. Na operação, foram apreendidos, ainda, jatos, carros de luxo, joias, obras de arte e R\$ 1,6 milhão em espécie.

De acordo com o colunista Lauro Jardim, do O Globo, o material que serviu de base para a prisão de Vorcaro tem origem numa investigação do BC que esquadrinhou um esquema de emissão de títulos de crédito falsos envolvendo o Master e o BRB. Estima-se que teriam sido negociados um total de R\$ 9 bilhões em créditos inexistentes no banco Master.

SINDICATO DENUNCIOU RISCOS

Por sua vez, o Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, desde que o governo de Ibaneis e Celina decidiu comprar o banco fraudulento, denunciou as “inconsistências inconsistências financeiras, ausência de estudos técnicos, falta de transparência e riscos sistêmicos graves. O Banco Master acumulava cerca de R\$ 50 bilhões de reais em CDBs com taxas anormais, exibia fragilidade financeira crônica e já era alvo de investigações relacionadas a fraudes e lavagem de dinheiro”, diz o documento divulgado pela entidade, ressaltando que as operações entre o BRB e o Master eram “construídas sem transparência, sem respaldo técnico e sob forte pressão política”.

Nesse período, o sindicato apresentou representações ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao Ministério Público Federal (MPF), ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP), pedindo a suspensão das tratativas, a abertura de inquéritos e a apuração rigorosa das irregularidades.

No campo judicial, o sindicato ajuizou ações essenciais para proteger o BRB, incluindo a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que autorizou a operação, além de acompanhar ações populares e outros processos conexos que discutem os vícios legislativos, a ausência de estudos de viabilidade e o atropelo dos ritos na Câmara Legislativa. Em todos esses documentos, a entidade alertou para uma tentativa organizada de utilizar o BRB como instrumento político e como mecanismo de absorção de problemas privados.

Em nota pública emitida após a operação Compliance Zero, a que prendeu Vorcaro e afastou o presidente do BRB, o sindicato lembra que o banco “é patrimônio do povo do Distrito Federal. Existe para servir à sociedade, fomentar o desenvolvimento regional, apoiar políticas públicas e garantir acesso responsável ao crédito. Não existe para atender interesses privados, nem para ser utilizado como plataforma de resgate de instituições financeiras em crise”.

Os fatos agora revelados demonstram de forma cabal que o BRB, na atual gestão, escolheu o modelo de algoz dos servidores do DF e das negociatas servis com figuras agora conhecidas do crime organizado do sistema financeiro nacional.

Sindicato repudia demissões nos Correios e alerta para precarização



“Solução não é demissão”, mas ao contrário, defendeu o Sintcom-PR



“Carreiras de elite compõem uma minoria dentro da minoria”, diz Ipea

Média salarial no serviço público é de R\$ 6,3 mil, aponta estudo do Ipea

Pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) põe por terra o principal argumento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa, que tramita na Câmara dos Deputados.

A PEC 38/25, de autoria dos deputados Zé Trovão (PL), Julio Lopes (PP) e Marcel van Hattem (NOVO), entre outros, com relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD) e apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), fala em “modernização” e “combate aos supersalários” mas, de acordo com o levantamento do Ipea, a remuneração média dos servidores federais é de R\$ 6.330, e o chamado “privilégio generalizado” é exceção no serviço público.

“O que acontece é que o debate público mistura tudo. A exceção se torna regra. Quando alguém cita os salários de juízes, procuradores ou auditores, cria-se a impressão de que todo o serviço público é assim, e isso simplesmente não é verdade”, afirma o analista do Ipea, Félix Lopez, em matéria publicada no site da CUT.

Segundo ele, as chamadas carreiras de elite,

“compõem uma minoria dentro da minoria”. “A grande parte do funcionalismo federal está em cargos administrativos, técnicos e de apoio, com rendimentos que giram entre R\$ 3 mil e R\$ 7 mil. Isso é o grosso do serviço público federal”, diz. “Os cortes lineares e os congelamentos não atingem as carreiras de topo da mesma forma. Na prática, penalizam quem tem menor remuneração e interrompem a reposição de quadros técnicos essenciais”, prossegue o analista, referindo-se ao argumento de “cortar privilégios”.

Ainda segundo Félix Lopes, “nos últimos dez anos, mais de 50 mil servidores deixaram o quadro da União, e as reposições foram mínimas. Isso afeta diretamente áreas como fiscalização, controle ambiental, educação e pesquisa. O Estado perde braços, e a população perde serviço”, argumenta.

Conforme Félix, “não há privilégio sistêmico no funcionalismo federal. O que existe é desigualdade e desvalorização. Usar o topo da pirâmide como referência para justificar cortes lineares é um equívoco técnico e político. O resul-

tado é o enfraquecimento do Estado e o prejuízo à sociedade”, prossegue.

Na mesma matéria, assinada pela jornalista Rosely Rocha, o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef), Sérgio Ronaldo da Silva, denuncia que o que esses deputados querem é o desmonte do serviço público no país.

“Os defensores da proposta falam em modernização, mas o que ela entrega é precarização e desmonte do Estado que atende o povo”, afirma Sérgio Ronaldo. “Quando Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão e companhia defendem essa PEC 30itão (PEC 38/25), como estamos chamando, não estão atacando privilégios – estão apenas garantindo que a conta continue caindo sobre quem recebe R\$ 3 mil a R\$ 7 mil no serviço público”, afirma o sindicalista.

De acordo com Sérgio Ronaldo, “o que está em jogo para esses que atacam os serviços públicos é abrir espaço para a privatização de direitos e a deterioração deliberada dos serviços essenciais”.

Plano de reestruturação aprovado pela direção dos Correios prevê empréstimo de R\$ 20 bilhões e medidas como PDV e fechamento de agências

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Estado do Paraná (Sintcom-PR), Elisabete Barbosa Ortiz, se posicionou esta semana sobre o plano de reestruturação aprovado pela direção dos Correios, que prevê empréstimo de R\$ 20 bilhões e medidas como plano de demissão voluntária (PDV) e fechamento de agências.

Desde o anúncio do plano, divulgado em outubro, não há, oficialmente, um número de trabalhadores previsto para as demissões. No entanto, a ameaça já acende alerta de entidades que repudiam a possibilidade de demissões em massa e cortes de direitos que recaiam sobre os trabalhadores e resultem na precarização dos serviços.

Segundo a sindicalista, “a solução não é demissão”, mas o contrário. “As dispensas irão reduzir ainda mais o efetivo que já opera com número insuficiente de funcionários”, afirma.

De acordo com Elisabete Barbosa, os Correios precisam é “aumentar o quadro, dar condições de trabalho, organizar a área comercial, buscar novos clientes, trazer todas as empresas públicas a utilizar os serviços dos Correios e, principalmente, valorizar os trabalhadores que estão sendo massacrados com tantos prejuízos”, diz.

“Vencemos a venda dos Correios com a chegada do presidente Lula, mas não paramos de sofrer e o chicote está cada vez mais intenso nas costas dos trabalhadores. As representações não conseguem chegar ao presidente Lula, apesar de estarmos buscando diversos meios de acesso para pedir socorro”, adverte, referindo-se à retirada dos Correios,

pelo presidente Lula, da lista de privatizações (Programa Nacional de Desestatizações) em 2023.

Segundo Ortiz, “numa hipotética situação de demissões, quem mais sofreria seria a sociedade que depende do serviço dos Correios, que tem responsabilidade social e não de dar lucros. Todas as áreas sofreriam porque já estamos reduzidos ao extremo, qualquer baixa na empresa é uma sobrecarga a mais”, assinala.

Sobre o plano para o fechamento de agências, a sindicalista afirma que “o reflexo já se mostra nas diversas cidades que estão com as agências fechadas, outras que abrem uma ou duas vezes por semana, entregas esporádicas, trabalhadores que têm que se deslocar de uma cidade para outra colocando sua saúde e vida em risco”, afirma.

Ela destaca que a categoria “está esgotada com tantos prejuízos que vem sofrendo há anos, mas que é uma categoria combativa”. “Não vamos entregar os nossos direitos e não vamos permitir a privatização da nossa empresa, vamos lutar para torná-la de qualidade e sustentável”, afirma.

Elisabete Barbosa também defende que o governo tem responsabilidade de fazer aporte financeiro para os Correios. “A empresa é um braço do governo e executa ações que são de responsabilidade do governo, como a atuação dos Correios nas tragédias de Brumadinho, Rio Grande do Sul, recentemente Rio Bonito do Iguauçu, atendimento aos aposentados do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] e vários outros”, conclui Ortiz.

TST reconhece que sindicato pode acionar Justiça diante de recusa patronal em negociar

O Pleno do TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu, por maioria, nesta terça-feira (18), que a recusa arbitrária do sindicato patronal – ou de qualquer integrante da categoria econômica – em negociar autoriza o sindicato laboral a ajuizar dissídio coletivo econômico mesmo sem o tradicional “comum acordo”.

A decisão, tomada em Incidente de IRDR (Resolução de Demandas Repetitivas), passa a orientar todos os processos do país e representa a mudança mais relevante no sistema de solução de conflitos coletivos desde a EC (Emenda à Constituição) 45/04.

A EC 45 foi a chamada Reforma do Judiciário, que buscou “modernizar” e dar mais celeridade e eficiência ao Sistema de Justiça, com a criação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), às SV (súmulas vinculantes) e a repercussão geral, além de outras alterações.

Com a decisão, o Pleno do TST supera a barreira do “comum acordo”.

Trata-se de avanço importante para o movimento sindical.

O requisito do “comum acordo”, previsto no art. 114, §2º, da Constituição, tornou-se, nos últimos 20 anos, um dos principais entraves às categorias profissionais, no processo negocial.

Na prática, bastava o sindicato patronal recusar-se a negociar, ou simplesmente não comparecer às reuniões, para impedir o ajuizamento do dissídio.

O mecanismo, validado pelo STF (Tema 841), abriu caminho para manobras protelatórias e enfraqueceu o movimento sindical, empurrando categorias para greves longas ou para acordos rebaixados.

Com o fim da ultratividade das normas coletivas (ou seja, com o fim do acordo ou convenção anterior), nenhum direito permanecia assegurado até a celebração de novo acordo.

A decisão do TST reacomoda essa balança.

A maioria dos ministros entendeu que a recusa arbitrária em negociar, ausência reiterada às reuniões, ou abandono imotivado das tratativas configuram violação à boa-fé objetiva, princípio que rege os processos negociais segundo a legislação brasileira e as convenções 98 e 154 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Nesses casos, a recusa patronal não pode ser usada como barreira para impedir o acesso à Justiça. Assim, considera-se suprido o requisito do comum acordo, o que permite o ajuizamento do dissídio coletivo econômico.

Os ministros da corrente vencedora – entre eles Mauricio Godinho Delgado, Kátia Arruda, Alberto Balazeiro, José Roberto Pimenta e Vieira de Mello Filho – sustentaram que:

- A parte não pode usar a própria torpeza para impedir a jurisdição.
- Exigir comum acordo quando uma das partes foge da negociação estimula greves como única forma de pressão.
- Recusas estratégicas, sem justificativa, violam a boa-fé e frustram a etapa constitucional da negociação.
- Impedir o dissídio nesses casos abusa do direito e aprofunda o desequilíbrio entre categorias frágeis e grandes empregadores.
- O grupo minoritário – Ives Gandra, Douglas Alencar, Alexandre Ramos, Breno Medeiros e outras ministras – argumentou que:
 - A Constituição exige comum acordo expresse, não tácito.
 - Não existe dever legal de negociar.
 - Recusa, mesmo injustificada, não pode suprir requisito constitucional.
 - A flexibilização ampliaria o poder normativo da Justiça do Trabalho.
- A divergência, porém, foi vencida.



China realiza com êxito seu primeiro lançamento de emergência do programa aeroespacial

A China concluiu com êxito nesta terça-feira (25) seu primeiro lançamento de emergência de uma missão tripulada, realizado no tempo recorde de 16 dias, e a nave Shenzhou-22 já está acoplada à Estação Espacial chinesa, a Tiangong (“Palácio Celestial”), menos de quatro horas após o lançamento desde o Centro de Jiuquan com um foguete Longa Marcha-2F, registrou a agência de notícias Xinhua.

O sucesso da operação é ainda mais notável tendo em vista o episódio com dois astronautas norte-americanos no ano passado em que, após uma emergência na cápsula que os levava até a Estação Espacial Internacional, a Starliner da Boeing, tiveram de aguardar por nove meses o retorno do que deveria ser uma breve estadia de oito dias em um voo de teste.

No programa espacial chinês, de seis em seis meses três astronautas se revezam na estação espacial Tiangong. Assim, Zhang Lu, Wu Fei e Zhang Hongzhang, da Shenzhou-21 chegaram para substituir os três da Shenzhou-20, Chen Dong, Chen Zhoungrui e Wang Jie. Os seis foram protagonistas do primeiro churrasco no espaço.

A operação de emergência chinesa se tornou necessária porque na data prevista de retorno da tripulação da Shenzhou-20 em 5 de novembro, a agência espacial chinesa identificou suspeita de impacto de detritos espaciais na nave, impedindo uma reentrada segura, e seus três astronautas tiveram de voltar no dia 14 utilizando a recém chegada Shenzhou-21.

A Shenzhou-22 foi enviada sem tripulação, carregando alimentos, produtos médicos, frutas, vegetais frescos e equipamentos necessários para reparar uma janela danificada da Shenzhou-20, que segue conectada à Tiangong.

Com a Shenzhou-20 impossibilitada de realizar o retorno, era necessário garantir uma cápsula alternativa. A Shenzhou-22, que já estava posicionada no centro de lançamento, passou então a seguir protocolos de missão de emergência — algo nunca feito antes pelo programa espacial tripulado chinês.

TEMPO RECORDE

Agência Espacial Tripulada da China (CMSA, na sigla em inglês) destacou que a prioridade foi preservar a segurança das equipes em órbita e garantir a continuidade operacional da estação espacial chinesa. Atualmente, a tripulação do Shenzhou-21 em órbita está em boas condições e realizando suas tarefas programadas conforme planejado.

A CMSA relatou que após o incidente de 5 de novembro foram prontamente ativados planos de emergência, concretizados em 20 dias, abrangendo análise de riscos, mobilização de pessoal e material, transferência e retorno da tripulação e lançamento de espaçonaves de emergência.

“Isso forneceu um modelo bem-sucedido para a comunidade espacial internacional na resposta eficaz a incidentes inesperados”, disse a CMSA em comunicado.

O sucesso dessa missão demonstra plenamente o princípio centrado nas pessoas e a segurança em primeiro lugar do programa espacial tripulado da China, e verifica de forma abrangente a confiabilidade da estratégia “lançar um, um na espera, backup contínuo” para as missões da estação espacial chinesa, conforme o comunicado.

Leia mais no site do HP

Carestia e caso Epstein derrubam aprovação de Trump de 47% a 38%



É cada vez maior o número de eleitores que o consideram ruim para a economia

Chanceler Wang Yi adverte Japão por ameaça à soberania chinesa sobre Taiwan

O ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, disse que as declarações da nova primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, “cruzaram uma linha vermelha” ao ameaçar com ataque militar a soberania da China sobre Taiwan.

O oficial chinês do mais alto escalão e também membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, ao entrar na discussão sobre a crise diplomática iniciada por Takaichi, pediu que japoneses reflitam e corrijam seus erros o mais rápido possível em vez de se agarrarem ao caminho errado. Wang fez a declaração durante uma entrevista a jornalistas quando visitava o Quirguistão neste domingo (23).

A primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, disse no dia 7 de novembro, durante uma reunião de seu governo, que um “continência de Taiwan” poderia ser uma “situação de sobrevivência para o Japão”, sugerindo a possibilidade de intervenção militar no Estreito de Taiwan. Ela se recusou a se retratar.

“É chocante que a atual líder do Japão tenha enviado publicamente o sinal errado de tentar uma intervenção militar na questão de Taiwan e tenha dito coisas que não deveriam ter sido ditas, cruzando uma linha vermelha que não deveria ter sido tocada,” disse Wang em um comunicado publicado pelo



Ministério das Relações Exteriores da China.

De acordo com o ministro chinês, se o governo de Tóquio continuar a cometer os mesmos erros, a comunidade internacional tem o direito de reexaminar os crimes históricos cometidos pelo Japão e tem como responsabilidade impedir o ressurgimento do militarismo japonês.

Na sexta-feira (21), o governo chinês enviou uma carta para o secretário-geral da ONU, António Guterres, fazendo críticas às declarações de Takaichi que classifica como violações das normas diplomáticas e das leis internacionais.

“Se o Japão ousar ten-

tar uma intervenção armada na situação do outro lado do Estreito, seria um ato de agressão. A China exercerá resolutamente seu direito à autodefesa sob a Carta da ONU e o direito internacional, e defenderá firmemente sua soberania e integridade territorial”, escreveu na carta o embaixador chinês na ONU, Fu Cong.

“Como país derrotado na Segunda Guerra Mundial, o Japão deve refletir profundamente sobre seus crimes históricos, honrar estritamente seu compromisso político com a questão de Taiwan, imediatamente parar de fazer provocações e ultrapassar os limites, e se retratar por suas declarações errôneas.”

Casa Branca ordena CIA a cometer sabotagem na Venezuela

O presidente dos EUA, Donald Trump, deu sinal verde para que a CIA realize operações secretas dentro do território venezuelano visando “medidas de pressão” contra o governo de Nicolás Maduro. A informação é do The New York Times, citando inúmeras fontes que vazaram, desmascarando a farsa e demonstrando que está se abrindo caminho a uma ação militar mais ampla na região.

Vale lembrar que nos últimos meses, em afronta à ONU e ao direito internacional, as tropas dos EUA realizaram 21 ataques contra pequenas embarcações que alegavam estar transportando narcóticos, matando pelo menos 83 pessoas. Nada absolutamente comprovado, apenas baseado em supostas “amplas informações de inteligência”.

Conforme o NYT, com seu principal porta-aviões estacionado no Caribe, Trump aprovou planos clandestinos para influenciar a opinião pública e fortalecer a oposição vende pátria, possibilitando mais do que interferências, ingerências concretas na Venezuela.

Ao mesmo tempo, os EUA pressionam por uma rodada de negociações indiretas com o governo Maduro, que, apontam os relatos, incluíram uma oferta para que o líder venezuelano renuncie, capitulando aos interesses da Casa Branca, que promete levá-lo ao seu destino de exílio.

Mesmo que não se saiba quais as operações secretas específicas aprovadas nem quando poderão ser implementadas, autoridades presentes às reuniões confirmaram que Trump ainda não teria autorizado o envio de tropas terres-

tres de combate. Segundo estas fontes, a campanha terrorista do império iniciaria com medidas militares não convencionais, incluindo sabotagem, atividades cibernéticas, guerra psicológica e de informação. De acordo com os experts militares, também estariam sendo preparadas opções adicionais caso a resistência popular se amplifique.

Oficiais do Pentágono também elaboraram planos visando locais que, segundo a campanha psicológica e de desinformação, seriam de processamento de drogas e unidades militares próximas a Maduro, tecla fantasiosa que os grandes meios de comunicação alinhados à Casa Branca não param de bater.

Duas reuniões teriam sido convocadas por Trump na semana passada para revisar tais “planos de contingência” com seus principais assessores de segurança nacional. O avanço da operação viria acompanhado por ações de inteligência para respaldar os ataques militares, assinalou o relatório.

No último domingo (16), Trump pareceu reconhecer que há contatos em andamento, ao dizer “podemos estar tendo algumas conversas com Maduro, e veremos como isso termina”.

Embora tenha centrado sua propaganda em torno do tráfico de drogas e da imigração ilegal, em conversas privadas os assessores dos EUA confirmam que o presidente tem falado abertamente sobre que o que está em jogo é garantir

acesso a longo prazo aos recursos petrolíferos venezuelanos. A Casa Branca se mantém absolutamente contrária a qualquer acordo que permita a Maduro continuar governando.

Na prática, Trump estaria adotando uma estratégia de duas vias. Seriam medidas “para inglês ver”, pois enquanto arrocha o torniquete fingiria manter os canais diplomáticos abertos. Autoridades presentes afirmam que Trump não se comprometeu com um caminho, seja a negociação, uma transição gradual de poder ou uma intervenção direta para remover o líder venezuelano à força.

A provocativa “Lança do Sul” já é a maior operação militar dos EUA em décadas — desde 1962, com a Crise dos Mísseis em Cuba — que veio acompanhada de acusações contra os presidentes da Venezuela e da Colômbia, Gustavo Petro. Além disso, o porta-aviões Gerald R. Ford chegou acompanhado de aproximadamente 15.000 militares americanos estacionados em embarcações anfíbias e em bases por toda a região, incluindo Porto Rico.

De forma teatral, o Departamento de Estado anunciou que, a partir da próxima segunda-feira (24) classificará o Cartel de los Soles como uma “organização terrorista”. O objetivo é claro: rotular tanto Maduro como Petro como chefes de uma “entidade narcoterrorista”, criando as bases legais para futuras ações militares contra a soberania dos seus países.

Segundo a pesquisa da Fox News, 76% dos eleitores têm uma opinião negativa sobre a economia dos Estados Unidos e 62% culpam o atual ocupante da Casa Branca por isso

Pesquisas Reuters/Ipsos, PBS/Marist e Fox News recém divulgadas convergiram para assinalar a queda na aprovação do presidente Donald Trump para o ponto mais baixo desde janeiro, em meio à constatação da insatisfação dos norte-americanos com o alto custo de vida — um efeito colateral do tarifaço — e à repulsa ao que é percebido como encobrimento, pelo governo, do escândalo Epstein.

Assim, a Reuters/Ipsos registrou 38%, a PBS/Marist 39% e a Fox News 41% (mas só 38% na economia).

Em janeiro, quando Trump voltou à Casa Branca, a aprovação era de 47%, de acordo com a Reuters/Ipsos. Esses 38% agora registrados são tão somente três pontos percentuais acima do pior desempenho do antecessor Joe Biden. Uma semana antes, a aprovação de Trump era de 40%.

A queda vem sendo puxada pela percepção de que, sob Trump, o custo de vida saiu do controle, com 65% reprovando seu desempenho na economia e somente 26% considerando que ele faz um bom trabalho.

O levantamento revela ainda que apenas 20% dos norte-americanos aprovam o modo como Trump lida com o escândalo de Epstein, enquanto 59% o reprovam. Entre republicanos, são 44%; entre democratas, 6%. Para 70% dos entrevistados (entre republicanos, democratas e independentes), o governo Trump esconde informações sobre a suposta lista de clientes de Epstein.

A pesquisa Reuters/Ipsos foi divulgada no dia 18, após entrevistar 1.017 adultos nos Estados Unidos entre a última sexta-feira 14 e a segunda 17.

Segundo a pesquisa da Fox News, 76% dos eleitores têm uma opinião negativa sobre a economia dos EUA e 62% culpam o atual ocupante da Casa Branca por isso. Um tanto surpreendente — na opinião da emissora de Murdoch — 42% dos republicanos também culpam Trump pelo desastre econômico.

“Um número significativo de pessoas, tanto no geral quanto entre os republicanos, diz que os custos de alimentos, serviços públicos, saúde e moradia aumentaram este ano”, escreve a Fox News . Os eleitores estão desanimados em ambos os lados do espectro político, mas “a desaprovação do desempenho geral de Trump atingiu níveis recordes entre seus apoiadores mais fiéis”, acrescenta a emissora.

Na pesquisa da Fox News, entre o eleitorado em geral, 41% aprovam e 58% desaprovam Trump (-17 pontos líquidos). Quanto às condições econômicas pessoais, 60% as descrevem como insuficientes ou ruins.

As avaliações são particularmente desfavoráveis

(70%) entre aqueles sem diploma universitário, hispânicos, afro-americanos, independentes e menores de 45 anos. Entre os eleitores com renda familiar inferior a US\$ 50.000, 79% avaliam sua situação financeira negativamente.

A pesquisa foi conduzida de 14 a 17 de novembro de 2025, sendo entrevistados 1.005 eleitores registrados selecionados aleatoriamente a partir de um arquivo nacional de eleitores, com margem de erro de + ou - 3 pontos percentuais.

Outra pesquisa aponta que a política econômica do MAGA está começando a se tornar opressiva até mesmo para aqueles com salários mais altos. Segundo a Harris Poll, um terço daqueles que ganham pelo menos US\$ 100.000 por ano dizem estar “com dificuldades ou em situação financeira precária”. Metade dos entrevistados afirma que o tão almejado “Sonho Americano” de trabalho duro para progredir parece cada vez mais inatingível, “revelando uma geração de profissionais que conquistaram tudo no papel, mas se sentem financeiramente desafiados”.

Em particular, a culpa recai sobre os aumentos nos preços de alimentos, moradia e saúde, a ponto de férias, bem-estar pessoal e até mesmo a aposentadoria serem vistos cada vez mais como “luxos” em vez de uma conquista garantida por meio do trabalho árduo. “Os 10% mais ricos estão silenciosamente sofrendo, então o que acontece com os outros 90%?”, questiona o relatório.

A constatação surge apenas dois meses depois de outra pesquisa do Wall Street Journal ter registrado que quase 70% das pessoas acreditam que o Sonho Americano — de que se você trabalhar duro, você vai prosperar — não é mais verdade ou nunca foi verdade: o nível mais alto em quase 15 anos de pesquisas.

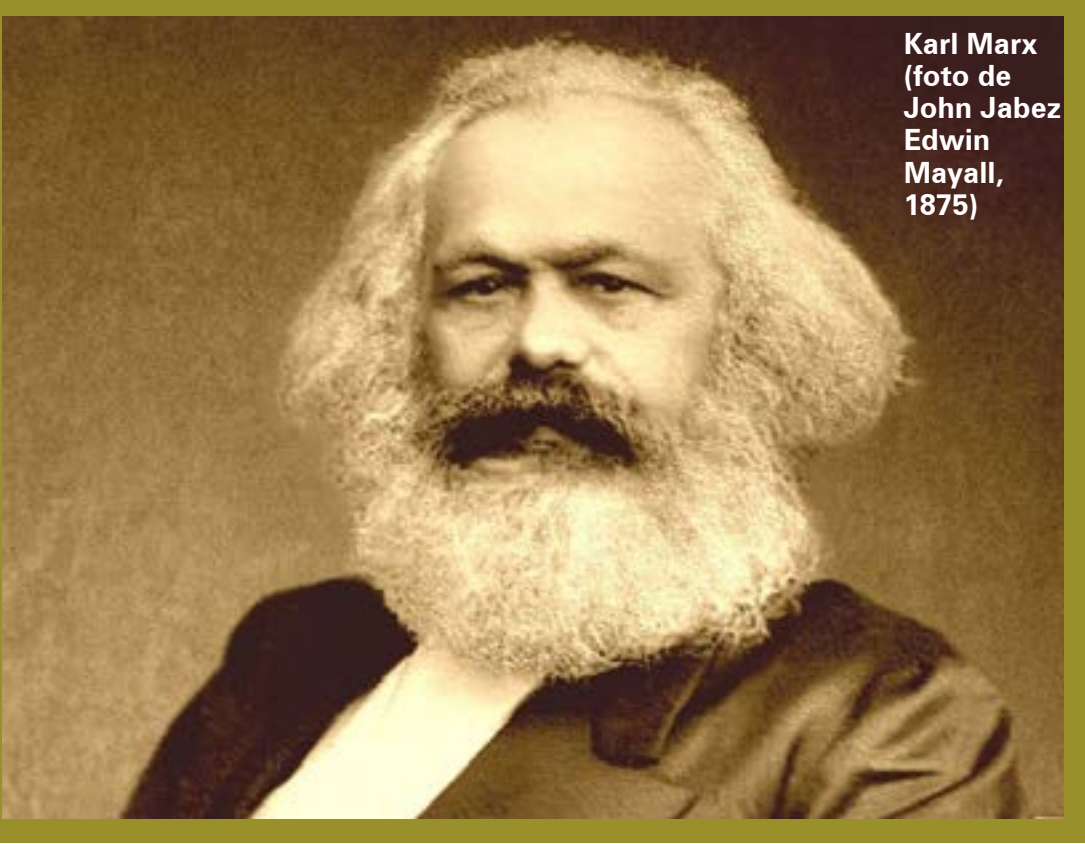
De acordo com a projeção mais recente da NPR (National Public Radio), PBS News (Public Broadcasting Service) e Marist (Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Universidade Marist), a “acessibilidade” [“affordability”, que se possa pagar], aliás uma bandeira da campanha que elegeu Zohran Mamdani prefeito de NY, é uma questão prioritária para quase 60% dos entrevistados. Já a aprovação de Trump é de 39%, a mais baixa de todas as pesquisas do Marist realizadas durante seu segundo mandato.

“A situação não é complicada”, analisou o pesquisador republicano Daron Shaw, que ajuda a publicar a pesquisa da Fox News junto com o democrata Chris Anderson. “As pessoas estão lutando para pagar o necessário e culpando os que estão no comando. O interessante é ver os democratas ganharem politicamente de um problema que, segundo se argumenta, causou — e que os destruiu em 2024. Mas isso é política.”



Crianças nos EUA atingidas pelo aumento da pobreza

O identitarismo é o reacionarismo dos tempos atuais



Karl Marx
(foto de John Jabez Edwin Mayall, 1875)

[Uma versão deste artigo foi publicada no site da Fundação Maurício Grabois, com o título **Identitarismo rompe com tradição iluminista e enfraquece razão crítica.**]

CARLOS LOPES

O identitarismo é um resultado bastardo da fragmentação do pensamento. Desde o Iluminismo, desde Descartes, passando por Spinoza, Kant, Hegel – até Marx e seus seguidores, sobretudo Lenin e Stalin – o pensamento é encarado em seu aspecto de unidade, exatamente a unidade imprescindível para pensar a unidade do mundo. Aliás, a própria unidade do pensamento é um reflexo, um produto da unidade do mundo. Sem unidade, o pensamento não existe, não é nada, ou, melhor, ele se desfaz, porque é impossível pensar o mundo sem unidade.

Como escreve Marx, firmando este ponto de vista na **Introdução à Crítica da Economia Política**: “*O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.*”

A partir já do século XVII, houve muitas tentativas de se contrapor ao Iluminismo. Mas ele foi vencedor de todas as batalhas filosóficas, tanto na Revolução Burguesa, com os Enciclopedistas, quanto na Revolução Socialista, com os marxistas.

As tentativas posteriores de avivar as brasas (ou as cinzas) do irracionalismo alemão – sobretudo com o incensamento de Nietzsche – contra o Iluminismo, foram baldadas.

O melhor e mais estrondoso exemplo desse fracasso foi a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial. Hoje, desde 1945, tenta-se desvincular Nietzsche do nazismo. Até mesmo surgiu a teoria, nauseantemente repetida, de que suas obras, aproveitadas pelos hitleristas, teriam sido deformadas por sua irmã, Elisabeth Förster-Nietzsche, uma nazista muito prestigiada por Hitler e seus acólitos.

No entanto, aos adeptos da desvinculação de Nietzsche ao nazismo, resta explicar a fascinação dos nazistas por ele. Nenhuma deformação nos seus livros pode explicá-la. Os nazistas identificavam-se com o pensamento de Nietzsche por seu irracionalismo – e, antes que algum acadêmico nos faça reparação, acrescentamos que não consideramos tudo igual em sua obra. É

evidente que **A Origem da Tragédia**, seu primeiro livro, não é igual a **Assim Falou Zaratustra**. É verdade que o primeiro desses livros, com as suas categorias de “dionisíaco”, “apolíneo” e “socrático” é uma **narrativa**. Não colocaríamos a mão no fogo pelo seu rigor histórico. Mas não é tão reacionário, tão anti-humano quanto **Zaratustra** e outras preciosidades posteriores.

O fato é que a tentativa de opor Nietzsche, e outros irracionalistas, ao Iluminismo fracassou junto com os nazistas na Segunda Guerra – e mesmo antes: lembro de um comentário negativo de Jack London, que morreu em 1916.

Já nesta época, no entanto, o capitalismo estava imerso em profunda crise, aquela que se chamou (e se chama) “crise geral do capitalismo”, iniciada com a virada da livre concorrência para o capitalismo monopolista, com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa de 1917.

O próprio nazifascismo foi uma resposta à essa crise. Daí, ao mesmo tempo, no plano do pensamento, o recurso a Nietzsche e a outros irracionalistas contra o Iluminismo – cujo principal representante passara a ser o marxismo.

É verdade que o capitalismo, mesmo imerso na extremíssima crise que eclodiu em 1929 (por assim dizer, uma crise dentro da crise geral ou uma manifestação aguda da crise geral), não estava tão degenerado quanto hoje. A demonstração principal disso foi a eleição, para a Presidência dos EUA, de Franklin Delano Roosevelt. O nazifascismo dominou, principalmente, imperialisismos secundários, como o da Alemanha e o da Itália. Os EUA, a Inglaterra e a França permaneceram fora da órbita do fascismo.

Isto é diferente hoje, quando o fascismo está no poder nos próprios EUA.

A questão é que, da década de 70 do século XX para cá, a base econômica imperialista – a base econômica dos EUA – foi despedaçada. Alguns escritores expressaram essa realidade, falando em fim do “fordismo”. Ou seja, aquele capitalismo que, dentro dos EUA, reunia milhares de trabalhadores na linha de produção das fábricas, não existe mais.

Porém, isso – da mesma forma que o domínio das big techs – não é um avanço. Pelo contrário, é um retrocesso, que corresponde a uma profunda desindustrialização no principal país capitalista **industrial** do mundo. Não é uma evolu-



ção das forças produtivas do capitalismo, mas um efeito do entravamento destas mesmas forças produtivas pelas antiquadas relações de produção. É verdade que as forças produtivas sempre se desenvolvem, nunca param de se desenvolver, mas se desenvolvem travadas pelas relações de produção anacrônicas. Daí a devastação e a decadência da economia norte-americana. Tal como apontou Engels, no final do século XIX, o capitalismo é um cadáver – e, ao não ser sepultado, empestia a atmosfera com sua putrefação.

Se isso era verdade na época de Engels, muito mais agora, mais de 100 anos depois.

Entretanto, qual foi a alternativa econômica a que o capitalismo monopolista recorreu, ainda que inconscientemente, diante da redução da taxa de lucro, que tornou-se uma questão dramática nos EUA?

A primeira foi o rentismo – fundamentalmente, a maior parte dos lucros não são mais advindos da produção, mas da especulação com papéis. É isso o que faz com que os derivativos, somados, tenham um valor que é oito ou dez vezes o do PIB mundial.

A segunda foi o ataque à periferia – a países como o Brasil – através das privatizações, desregulamentações, estrangulamento fiscal, corte nos gastos sociais, taxas de juros escorchantes, fim do protecionismo, favorecimento ao capital estrangeiro, anulação das patentes, ou seja, tomada das suas economias, com uma desindustrialização forçada e hedionda.

A terceira foi a transferência de suas unidades produtivas – isto é, de suas fábricas – para a China e alguns outros países, para aproveitar as condições locais. Esta, aliás, foi uma causa direta de desindustrialização nos EUA e países centrais, embora também o rentismo e o ataque à periferia tivessem esse efeito.

Esta é a base econômica tanto do neoliberalismo quanto do identitarismo. Não por acaso, o principal profeta do identitarismo, Michel Foucault, acabou a vida como neoliberal.

Porém, ainda é necessário precisar em que momento houve uma virada do “fordismo” para o neoliberalismo (entendendo, por esse termo, sobretudo as três características que apontamos).

Em artigo recente, Carolina Maria Ruy aponta 1973 como o ano em que

Para um marxista, a resolução dos problemas nacionais, das discriminações à mulher, aos negros, aos homossexuais, etc., fazem parte de uma transformação geral, ou seja, de uma revolução. Nenhum marxista jamais propôs ou tentou, por exemplo, revolucionar a escola, ou as prisões, sem tocar na sociedade – ou no resto da sociedade.

Para os identitários, as várias discriminações ou problemas têm que ser enfrentados isoladamente – e, assim, não existem problemas nacionais. A rigor, nem problemas sociais, pois a microcontestação dos identitários ignora a própria sociedade. É preciso, para eles, focar na escola ou na medicina ou seja lá em que aspecto parcial – contanto que se ignorem os problemas gerais. Até porque não existe outra forma de deixar a sociedade intocada

o modelo capitalista anterior começou a dar sinais de esgotamento (v. HP 14/11/2025, Carolina Maria Ruy, **Esquerda, pós-modernidade e pauta identitária**).

Podemos adotar, e não erraremos nisso, este ano como o ponto de virada (mais um ponto de virada) no capitalismo. É um espaço de meio século até os tempos de hoje, com o fascismo de Trump transformando os EUA em uma república de bananas (v. Chris Hedges, **America is a Banana Republic**). A questão, logo, é que o Iluminismo – que, antes de tudo, implica no predomínio da razão – tornou-se incompatível com esse estado de coisas, com o despedaçamento da própria base econômica do capitalismo nos EUA.

Uma economia – e uma realidade – irracional não poderia ser pensada por uma filosofia racional. O pensamento racional só teria como resultado, para

continuar a evolução de sua racionalidade, a transformação da realidade em outro modo de produção, este, sim, racional.

Mas era exatamente isso que os apologistas e ideólogos do capitalismo queriam evitar – ainda que não estejamos seguros de qual o grau de consciência deles. O que não importa. O que realmente importa é que esse era (e ainda é) o seu objetivo.

Daí, a fragmentação do pensamento e o surgimento do identitarismo, por parte daqueles que queriam conservar os moldes do capitalismo monopolista.

Pela primeira vez desde o surgimento do Iluminismo, propunha-se o abandono da unidade do pensamento – e, portanto, da unidade do mundo. Esse truque (pois trata-se de um truque, que acontece no plano das ideias – e só ilusoriamente no plano da realidade) foi acompanhado, e ainda é acompanhado, por uma feroz campanha contra o Iluminismo. Era necessário destruí-lo para que essa infâmia vigorasse.

Assim, o Estado e as instituições mais gerais tornaram-se intocáveis. Para um marxista, a resolução dos problemas nacionais, das discriminações à mulher, aos negros, aos homossexuais, etc., fazem parte de uma transformação geral, ou seja, de uma revolução. Nenhum marxista jamais propôs ou tentou, por exemplo, revolucionar a escola, ou as prisões, sem tocar na sociedade – ou no resto da sociedade.

Para os identitários, as várias discriminações ou problemas têm que ser enfrentados isoladamente – e, assim, não existem problemas nacionais. A rigor, nem problemas sociais, pois a microcontestação dos identitários ignora a própria sociedade. É preciso, para eles, focar na escola ou na medicina ou seja lá em que aspecto parcial – contanto que se ignorem os problemas gerais. Até porque não existe outra forma de deixar a sociedade intocada.

Toda a retórica – pois se trata mais de retórica que filosofia – de Foucault tem esse caráter, por mais complicada e rebuscada que ela pareça. Assim, a realidade é sempre um reflexo invertido da ideia. Por exemplo, é a psiquiatria que cria (ou criou) as doenças mentais – e não o inverso.

Da mesma forma, a sua oposição à União Soviética, ao mesmo tempo que os elogios ao neoliberalismo, ideologia do imperialismo decadente.

Significativamente, ele também recorreu a Nietzsche, em seu aspecto mais reacionário: a teoria do super-homem. Somos quase forçados a dizer que, ao se sentir menos que um ser humano, Foucault queria compensar

esse sentimento com o mito de Nietzsche. Como algum foucaultiano pode reclamar, contentemo-nos apenas em observar que o identitarismo, então, identificava-se (e identifica-se) com o irracionalismo. O que era inevitável: como arguir qualquer racionalidade para o identitarismo, uma ideologia que, ao fim e ao cabo, tem o objetivo de conservar o mundo (isto é, o esfrangalhado mundo capitalista) tal como ele está – e eternamente?

O identitarismo é, assim, a ideologia reacionária dos tempos atuais.

Em **Questões de Método**, Sartre escreve: “*considero o marxismo como a insuperável filosofia de nosso tempo*”.

Já o reacionarismo, tem uma ideologia a cada momento de decadência do capitalismo.

O identitarismo corresponde a uma fase de avançada decomposição econômica do capital, na qual seu credo financeiro é o rentismo e o neoliberalismo, isto é, a esterilidade. É verdade que os acontecimentos na União Soviética e no Leste Europeu lhe deram a oportunidade de uma sobrevida, isto é, de uma existência de morto-vivo, portanto, vampiresca.

Esta é uma questão importante: quando Krushev queimou as pontes com o passado – com a construção do socialismo – estava, embora não soubesse disso, abrindo as portas para o lixo identitário. Mesmo assim, durante 20 anos, e até mais, esse lixo foi contido pela influência soviética.

Mas é interessante que Foucault, tão direitista quanto aquela plêiade inoportável de “novos filósofos” franceses, fosse tratado como um pensador “de esquerda”, tanto no Brasil, quanto também, é justo que se diga, na França e outros países.

Por que a visão das pessoas, sobretudo na academia, não conseguia ver o seu direitismo? É verdade que ele próprio vestia uma fantasia “de esquerda”. Além disso, apresentava-se como vítima, quando atacado, por sua condição de homossexual. Mas não é esse o principal motivo.

A questão fundamental é a invasão da academia francesa – com sua influência no resto do mundo – pelo anticomunismo que ressurgiu após o XX Congresso do PCUS, em 1956.

Após esse Congresso, não houve contraponto soviético de peso ao direitismo ocidental.

Daí, o identitarismo se espalhou praticamente sem oposição.

Mas nem assim foi capaz de uma autêntica vitória. Hoje, que ele está, bem ou mal, em refluxo, é mais do que hora de voltarmos aos princípios e fundamentos do Iluminismo.